

# O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E A EDUCAÇÃO INFANTIL

O Plano Nacional de Educação (PNE) e a educação infantil é a temática escolhida para o dossiê de Eccos – Revista Científica. Julgamos essa opção oportuna e relevante por várias razões, entre elas as que dizem respeito ao crônico abandono das crianças, que são submetidas à miséria material, intelectual e educacional, aos abusos sexuais, à violência doméstica, ao vínculo forçado com o tráfico de drogas, à prostituição e aos altos índices de mortalidade infantil; enfim, podemos dizer que a infância, no Brasil, é historicamente maltratada política, social e culturalmente. A permanência do trabalho infantil é apenas uma das inúmeras facetas dessa preocupante realidade no seio da sociedade brasileira. Por sua vez, a existência de leis, estatutos, comissões governamentais, programas institucionais de conscientização pública, aliados ao propalado incremento de políticas educacionais para as crianças e jovens, a redução do trabalho infantil ainda deixam muito a desejar.

São milhões de crianças com pouco mais de cinco ou seis anos que trabalham, quase sempre sem qualquer remuneração ou pecúlio social, dedicando muitas horas semanais ao trabalho e quase nenhuma aos estudos, à efetiva presença na escola e ao desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e recreação dedicada à infância.

Esse problema se expressa em praticamente todo o mundo. Por conta disso, instituições do Estado brasileiro como os Ministérios do Trabalho e da Educação e organismos transnacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tomam como foco a necessidade da formulação de políticas que contemplem a questão da erradicação do trabalho infantil como uma de suas metas mais auspiciosas a serem alcançadas. Dados tornados públicos, em 2010, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), informam que tínhamos no mundo, naquela ocasião, perto de 150 milhões de crianças, em idades que variavam entre os cinco e os quatorze anos, que trabalhavam, enquanto, aproximadamente, 215 milhões de trabalhadores eram menores de 18 anos.

No Brasil, desde os primeiros instantes do processo de redemocratização, por conta da intensa mobilização da sociedade civil, dos sindicatos, das organizações não governamentais, das entidades acadêmicas e científicas etc., vem sendo realizado um esforço muito grande no combate ao trabalho infantil, com a adoção de políticas sociais e o primado de que a substancial ampliação do tempo de escolaridade das crianças deveria ser alcançada o mais rápido possível. Um marco importante dessa trajetória foi a instituição, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trazendo consigo todo um sistema de garantia de direitos e proteção aos infantes.

Ocorre que a concentração da renda no País é criminoso, produzindo uma dívida social que parece não ter mais fim, com diversas atividades produtivas incorporando a mão de obra de crianças e adolescentes que procuram o trabalho como forma de as famílias fugirem da pobreza extrema. Mas é também necessário lembrar-se da ausência de escolas providas de recursos físicos e tecnológicos, funcionários e professores motivados, bem preparados, bem remunerados e com condições estruturais de motivar os seus estudantes a romperem com esse maléfico estado de coisas.

Esse cenário produz um ciclo vicioso, desprovido de qualquer virtude, em que a criança e o adolescente que trabalham têm baixo desempenho escolar, o que inibe suas oportunidades de ocuparem, no futuro, postos que exigem melhor qualificação e oferecem salários mais vantajosos, perpetuando-os no universo da pobreza e das poucas oportunidades educacionais e culturais, econômicas, políticas e sociais.

Os dados e indicadores educacionais que dizem respeito ao analfabetismo, ao tempo de escolaridade e ao desempenho escolar são importantes e precisam ser acompanhados com atenção, mas é preciso ter clareza de que os indicadores não falam por si só. Por exemplo, ao mesmo tempo em que, a partir da década de 1990, houve o aumento da frequência escolar no ensino fundamental, ainda mais com o seu tempo de duração ampliado para nove anos e assegurado o ingresso de crianças de seis anos no ensino regular obrigatório, temos algo em torno de um milhão e meio de jovens, entre os 15 e os 17 anos, fora da escola na atualidade.

Verdade seja dita que os problemas que mais nos preocupam dizem respeito à situação vivida pelas crianças das camadas proletarizadas e economicamente menos favorecidas, precocemente experimentando as

condições inadequadas e insalubres do mundo do trabalho, quando não amargando as agruras do abandono e da desagregação familiar e da delinquência infantil. Também nos preocupa, sobremaneira, que os discursos sobre a imputabilidade penal e a redução dos limites etários para a aplicação de penas presentes na sociedade brasileira chamem nossas crianças de criminosas, desconsiderando as margens econômicas e sociais, políticas e culturais que as oprimem e as sufocam em pleno frescor da existência!

Na busca da superação desse quadro, um marco importante e que precisa ser lembrado foi registrado, em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, na sua esteira, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Com esse aparato político e legislativo, tornou-se possível, a partir de 1998, a adoção da sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental tendo como base o número de alunos matriculados em cada rede de ensino, o que fez com que as matrículas pudessem aumentar consideravelmente.

Nos últimos anos, iniciativas como o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a exigência de que as prefeituras municipais assumissem o compromisso de oferecer vagas para todas as crianças em idade de frequentar a pré-escola assumiu grande relevância na cena político-educacional brasileira. Dessas medidas, a aprovação do PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024, no que se refere ao estabelecimento de metas e à previsão de recursos necessários ao combate aos enormes gargalos existentes na educação das crianças, adolescentes e jovens brasileiros nos parece extremamente alvissareira. Possamos, então, retomar essas metas:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Mais do que reproduzir e divulgar suas metas, este dossiê de Eccos – Revista Científica, dedicado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e

à educação infantil, objetivou discutir e estimular os estudos e a publicação da produção acadêmica preocupada em contextualizar essa temática, mas, também, traz consigo a expectativa de que os direitos das crianças possam ser finalmente alcançados em nosso País, que os recursos materiais e humanos para essa formidável tarefa possam ser colocados em marcha e que os artigos aqui reunidos possam se inscrever como contributos na afirmação dessa história. Mais do que isso, também é importante dizer que procurar localizar o lugar e a importância da criança na sociedade brasileira e analisar o papel das leis e instituições do Estado no seu cumprimento é uma importante e permanente tarefa que precisa ser realizada e disseminada por todos aqueles que têm o compromisso com a transformação e a superação dos paradoxos vigentes desde tempos imemoriais no seio da sociedade brasileira.

Os artigos do dossiê temático Plano Nacional de Educação (PNE) e a educação infantil são os seguintes: Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a formação inicial para a docência na educação infantil: análise exploratória de um curso de pedagogia de uma universidade pública paulista, de autoria dos professores pesquisadores Roberta Stangherlim, Ligia de Carvalho Abões Vercelli e Eduardo Santos; Expansão da oferta de educação infantil no Rio Grande do Sul: desafios no contexto do novo Plano Nacional de Educação, de autoria da professora Maria Luiza Rodrigues Flores; A educação infantil nas cidades do consórcio do grande ABC e o Plano Nacional de Educação: avanços e retrocessos, que nos foi oferecido pelos pesquisadores Nonato Assis de Miranda, Ana Silva Moço Aparício e Maria de Fátima Ramos de Andrade; O Plano Nacional de Educação: desafios no campo da educação infantil, manuscritos produzidos pelos articulistas Valdete Côco, Marcela Lemos Leal Reis, Maria Nilceia de Andrade Vieira, Renata Rocha Grola Lovatti e Valéria Menassa Zucolotto; Rede de formação de professores da educação básica: análise dos princípios organizacionais em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, artigo de Graziela Fátima Giacomazzo; Plano Nacional de Educação, ampliação da oferta em creche e dos recursos para a educação: uma reflexão à luz das parcerias público-privadas em municípios de médio porte paulistas, das professoras Ana Lara Casagrande e Raquel de Fontes Borghi; Políticas educacionais brasileiras e as incompatibilidades de leis entre os entes federados: observações sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE)

e a formação e(m) tempo integral, de Claudedir dos Santos; e, finalmente, o artigo A sexta meta do PNE 2014-2024: um diálogo possível em busca de uma educação integral e(m) tempo integral, dos professores Gustavo José Albino de Sousa, Nathália Cortes do Espírito Santo, Elisângela da Silva Bernado.

A sessão de artigos está composta com as seguintes contribuições: Políticas educacionais para a educação indígena: um estudo de caso de crianças indígenas kaingang em uma escola do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil, Lylian Mares Cândido Gonçalves, Luís Fernando da Silva Laroque; Estudando a evasão no ensino tecnológico em uma instituição de ensino superior no sul do Brasil, dos professores Simone P. Teixeira de Mello, Pedro Antônio de Melo e Raul Teixeira de Mello Filho; Parâmetros Curriculares Nacionais: novo paradigma para a formação do professor e da prática docente em educação física?, de autoria Karina Xavier e Júlio Cesar Torres e o estudo Desafios da avaliação continuada em um curso de engenharia, dos professores Jorge Rady Almeida Junior, João Batista Camargo Junior e Paulo Sergio Cugnoasca.

Por fim fechamos esta sessão com a contribuição estrangeira La Investigación en/sobre Políticas Educativas en Chile: Panoramas y Perspectivas, realizada pelo professor e pesquisador Oscar Espinoza.

Boa leitura a todos!

**Antônio Joaquim Severino**

**Carlos Bauer**